



**Presença italiana na América do Sul, no Brasil e em São Paulo:
dados e interpretações dos anuários**

Italian Presence in South America, Brazil, and São Paulo:
data and interpretations from official yearbooks

Presencia italiana en América del Sur, Brasil y São Paulo:
datos e interpretaciones de los anuarios oficiales

Renata Brião de Castro
Universidade de São Paulo (Brasil); Università degli Studi di Macerata (Itália)
<https://orcid.org/0000-0002-5724-6621>
<https://lattes.cnpq.br/8866766022973381>
renatab.castro@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a presença e a distribuição das escolas italianas subsidiadas pelo governo italiano durante a década de 1920, com base nos anuários das escolas italianas no exterior. A partir de uma abordagem quantitativa, o estudo apresenta inicialmente um panorama continental, dos países sul-americanos, destacando os países com maior número de alunos matriculados, para então concentrar-se no caso brasileiro e, mais especificamente, no estado de São Paulo. São analisados o número de escolas, a evolução das matrículas ao longo da década, as diferenças entre capital e interior e a participação de meninas e meninos, com destaque para o papel das congregações religiosas na educação feminina. O artigo também discute o impacto das políticas de nacionalização do ensino sobre essa rede escolar. Ao reunir e interpretar esses dados, a pesquisa contribui para a compreensão da política educativa italiana no exterior em contextos migratórios.

Palavras-chave: Imigração italiana; Escolas no exterior; História da educação; São Paulo; Estatísticas educacionais.

Abstract

This article analyzes the presence and distribution of Italian schools subsidized by the Italian government during the 1920s, based on the yearbooks of Italian schools abroad. Adopting a quantitative approach, the study first presents a continental overview of South American countries, highlighting those with the highest number of enrolled students, and then focuses on the Brazilian case, particularly the state of São Paulo. It examines the number of schools, the evolution of enrollments throughout the decade, the differences between capital and interior regions, and the participation of boys and girls, with emphasis on the role of religious congregations in girls' education. The article also discusses the impact of school nationalization policies on this educational network. By gathering and interpreting this data, the study contributes to the understanding of Italian educational policy abroad within migratory contexts.

Keywords: Italian immigration; Schools abroad; History of education; São Paulo; Educational statistics.

Resumen

Este artículo analiza la presencia y distribución de las escuelas italianas subvencionadas por el gobierno italiano durante la década de 1920, a partir de los anuarios de las escuelas italianas en el exterior. Con un enfoque cuantitativo, el estudio presenta inicialmente un panorama continental de los países sudamericanos, destacando aquellos con mayor número de alumnos matriculados, para luego centrarse en el caso brasileño y, en particular, en el estado de São Paulo. Se analizan el número de escuelas, la evolución de las matrículas a lo largo de la década, las diferencias entre capital e interior y la participación de niñas y niños, con énfasis en el papel de las congregaciones religiosas en la educación femenina. El artículo también discute el impacto de las políticas de nacionalización de la enseñanza sobre esta red escolar. Al reunir e interpretar estos datos, la investigación contribuye a la comprensión de la política educativa italiana en el exterior en contextos migratorios.

Palabras clave: Migración italiana; Escuelas en el exterior; Historia de la educación; São Paulo; Estadísticas educativas.

Recebido: 17/10/2025

Aprovado: 08/04/2026

Introdução¹

A migração italiana para diversas partes do mundo tem sido objeto de numerosos estudos que abordam o fenômeno sob múltiplas perspectivas e enfoques analíticos. Como sintetiza Donna Gabaccia (2003), a emigração italiana não gerou uma única diáspora, mas múltiplas diásporas, temporárias e mutáveis, formadas por sujeitos que muitas vezes não se identificavam como “italianos”, mas como naturais de regiões específicas, como a Sicília, o Piemonte ou o Vêneto. A maior parte dos emigrantes, no início da grande imigração de massa no final do século XIX, não falava o idioma nacional, desconhecia o Estado italiano e suas instituições, e estava, portanto, longe de compor uma unidade identitária coesa. Para Gabaccia, nenhum outro povo migrou em tantas direções quanto os italianos. Já Rosoli (1992) enfatiza a amplitude geográfica da dispersão italiana, que alcançou quase todos os continentes. As cifras são expressivas: “entre 1876 e 1885, mais de um milhão de italianos solicitaram expatriação; mais de dois milhões o fizeram na década seguinte, e mais de quatro milhões entre 1896 e 1905” (Gabaccia, 2003, p. 68, tradução nossa). Entre 1870 e 1970, estima-se que cerca de 26 milhões de pessoas tenham deixado a Itália para viver em outros países. A emigração fazia parte do repertório social das populações da península Itálica, configurando-se ao mesmo tempo como estratégia de sobrevivência econômica e modo de vida intergeracional (Gabaccia, 2003). A partir da década de 1870, sobretudo, o fenômeno ganhou uma escala sem precedentes.

De acordo com os dados compilados no *Annuario Statistico dell’Emigrazione Italiana*, elaborado pelo *Commissariato Generale dell’Emigrazione*, a América foi o continente que mais recebeu italianos entre 1876 e 1925 (*Commissariato Generale dell’Emigrazione*, 1926). Nesse cenário, os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil figuraram como os três principais destinos. No âmbito da América do Sul, Brasil e Argentina lideraram os fluxos, mas outros países como Uruguai, Chile, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru também acolheram contingentes significativos de italianos. Nesses diferentes contextos nacionais, os imigrantes organizaram-se em associações de beneficência e mútuo socorro, fundaram jornais, clubes culturais e, especialmente, escolas, como forma de preservar a língua, os valores e as tradições da pátria-mãe.

Essas escolas constituíram espaços de preservação linguística e cultural, mas também atuaram como instrumentos da política externa e diplomática da Itália, com implicações simbólicas e ideológicas. No Brasil, com destaque para os estados das regiões Sul e Sudeste, essas instituições foram organizadas e mantidas por associações de imigrantes, ordens religiosas, em certos casos recebendo subsídio do Estado italiano (Barausse, 2015). Apesar de sua importância histórica, cultural e educativa, a rede de escolas italianas no exterior ainda carece de estudos sistemáticos com base empírica, especialmente no que se refere à sua presença territorial detalhada e à dimensão quantitativa da sua atuação. Essas escolas existiram em número expressivo, atuaram por décadas e foram importantes para muitas comunidades, em diversos contextos, mas a ausência de um mapeamento preciso limita a compreensão de sua abrangência e impacto (Castro, 2023). Além de dimensionar numericamente essa rede escolar, interessa compreender as estratégias de atuação do Estado italiano junto às comunidades imigradas, os mecanismos de produção da italianidade no exterior e as formas pelas quais a escola foi mobilizada como instrumento de presença cultural, política e simbólica fora do território nacional. Desse modo, os números aqui analisados são vestígios de processos históricos-educativos mais amplos relacionados às dinâmicas migratórias, associativas e escolares.

¹ Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa que busca identificar, catalogar e analisar os livros didáticos italianos que circularam nas escolas italianas no contexto sul-americano dos países Brasil e Argentina durante os 20 anos do regime fascista. Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP (n.º 2023/16884-7 e n.º 2022/15183-2).

Este artigo busca, portanto, contribuir, ainda que parcialmente, nessa direção a partir de uma análise quantitativa dos anuários das escolas italianas no exterior (*Annuari delle Scuole italiane all'estero*), publicados pelo governo italiano por meio do *Ministero degli Affari Esteri* (Salveti, 2002). Esses anuários constituíam instrumentos de registro, monitoramento e projeção da presença italiana no exterior, produzindo uma representação institucional da rede escolar vinculada à política de italianidade desenvolvida pelo Estado italiano. Nesse sentido, os dados apresentados nesses documentos devem ser compreendidos não como reflexos neutros da realidade escolar das comunidades emigradas, mas como construções produzidas a partir de critérios políticos, administrativos e diplomáticos específicos. Sob a ótica da História Cultural e das contribuições teóricas da Escola dos Annales, especialmente a partir das reflexões de Jacques Le Goff sobre o conceito de documento/monumento, torna-se essencial problematizar o próprio status de 'documento oficial' dessas fontes. Os anuários não operam como espelhos fiéis e passivos da realidade, mas como artefatos intencionalmente construídos pelo Estado para legitimar seu poder e instituir uma memória oficial. Compreender o anuário como um monumento permite romper com a aceitação acrítica e hierarquizada entre o 'oficial' e o 'não oficial', indicando que as escolhas sobre o que registrar, assim como as ausências e os silêncios sobre as iniciativas comunitárias autônomas, faziam parte do contexto de produção do documento e, portanto, da intenção da construção de uma italianidade por parte do governo italiano da época que passava pelas instituições escolares. A historiografia tem destacado o papel central das instituições confessionais na manutenção da identidade nacional no exterior. Como aponta Sani (2021, p. 8-9), a Igreja Católica forneceu sociabilidade e cultura identitárias aos emigrantes, já muito antes do período aqui analisado, criando uma densa rede de escolas e hospitais ligados a paróquias e missões. A instrução escolar era vista como indissociável da preservação cultural. O próprio regulamento de fundação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), por exemplo, colocava como prioridade o estabelecimento de escolas onde, junto aos rudimentos da fé, se ensinasse aos filhos dos colonos (SANI, 2021). É a partir dessa rede de sociabilidade que os anuários escolares ganham seu sentido histórico.

O foco principal recai sobre o Brasil, com especial atenção ao estado de São Paulo, onde se concentra a maioria das instituições escolares italianas no Brasil. No entanto, ampliamos o escopo da investigação para incluir dados de outros países da América do Sul, como Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Equador, entre outros, com o intuito de oferecer uma visão integrada da política educacional italiana fora da Europa, nesse caso aqui na América do Sul.

Deste modo, ao reunir e sistematizar esses dados, o artigo propõe-se a: mapear a presença das escolas italianas em diferentes estados do Brasil; analisar detalhadamente a rede paulista; e situar o caso brasileiro no contexto mais amplo da América do Sul, com base em dados quantitativos e visualizações gráficas. Ao oferecer um panorama abrangente e comparativo, este estudo visa também estimular novas investigações sobre a atuação escolar italiana em contextos de imigração, a partir de diferentes enfoques: pedagógicos, institucionais, políticos e culturais. Considera-se que a base empírica construída neste artigo pode servir de apoio para estudos mais aprofundados sobre currículos, práticas escolares, materiais didáticos, perfis docentes e relações com os sistemas educacionais locais.

Para cumprir esses objetivos, o artigo foi estruturado em 04 partes além destas considerações iniciais e das finais. A primeira, discute as fontes utilizadas e os critérios metodológicos adotados; o segundo item apresenta um panorama geral da presença das escolas italianas na América do Sul; a terceira parte examina o caso brasileiro, com ênfase nos dados por estado; o tópico de número quatro aprofunda a análise sobre o estado de São Paulo; por fim, o texto tece as considerações finais, nas quais se reflete sobre os resultados obtidos e apontamos caminhos possíveis para a continuidade da pesquisa.

1. Fontes e metodologia

O principal conjunto de fontes utilizadas é a coleção dos anuários das escolas italianas no exterior, publicados pelo governo italiano por meio do *Ministero degli Affari Esteri*. Esses documentos tinham como finalidade registrar a rede de instituições escolares mantidas ou criadas oficialmente pelo Estado italiano fora de seu território nacional. Publicados com periodicidade anual, os anuários fornecem dados como o nome da escola, sua localização (país, cidade e, por vezes, bairro), o tipo de mantenedora (associativa, religiosa ou estatal), o número de alunos, o nível de ensino e, ocasionalmente, informações sobre docentes e materiais didáticos (Salveti, 2002). Neste artigo, foram analisados os anuários referentes aos anos de 1921–1922, 1924, 1925, 1927 e 1930. A escolha do recorte temporal e geográfico se deve a vários fatores. Primeiramente, o primeiro deles pelo fato deste artigo estar dentro de um estudo maior que busca compreender as escolas italianas e os livros didáticos italianos no contexto paulista, tendo em vista que este foi o estado brasileiro que mais recebeu imigrantes italianos no Brasil, o recorte temporal, por sua vez, diz respeito aos primeiros anos do governo de Benito Mussolini na Itália para compreender como que essas políticas circularam de uma maneira transnacional entre os diversos países com imigrantes italianos. O movimento das escolas italianas ganhou nova direção com a ascensão do fascismo, a partir de 1922, quando a política externa passa a investir intensamente na formação e no controle ideológico da italianidade no exterior, tendo a escola como um de seus principais instrumentos. Além disso, trata-se de um período ainda relativamente pouco explorado pela historiografia dedicada às escolas italianas no exterior, especialmente no que se refere às análises quantitativas e territoriais dessas instituições, assim como a análise específica e mapeada dos livros didáticos que foram produzidos e circularam nesse momento (Castro, 2023, 2025).

A escolha dessa fonte justifica-se por seu caráter oficial e sistemático, que permite a construção de uma base empírica comparável ao longo do tempo e entre diferentes países e regiões. Trata-se, portanto, de fontes que articulam registro técnico e projeto político. No entanto, é necessário reconhecer as limitações desse tipo documental. Nesse sentido, os anuários são compreendidos como produções documentais vinculadas aos interesses do Estado italiano em mapear, organizar e legitimar sua atuação junto às comunidades emigradas. Esses documentos também produziam uma determinada representação da presença escolar italiana no exterior, tornando visíveis certas instituições. Assim, os dados presentes nos anuários devem ser lidos à luz das condições políticas, diplomáticas e institucionais de sua produção. Como adverte Jacques Le Goff:

o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulada, ainda que pelo silêncio [...] cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 1990, p. 496–497).

Concorda-se com o autor quando afirma que nem o documento nem a sua preservação são inocentes, cabendo ao pesquisador não ser ingênuo diante deles. Os documentos são inertes até que alguém os interrogue a partir de uma questão de pesquisa. No caso deste estudo, interrogar os *Annuari delle Scuole italiane all'estero* significa reconhecer que eles são, nos termos de Le Goff, uma verdadeira "montagem" do *Ministero degli Affari Esteri*. Os dados ali apresentados refletem critérios institucionais e diplomáticos do governo italiano. Nessa perspectiva, os dados apresentados refletem critérios institucionais de registro e reconhecimento estabelecidos pelo governo italiano, o que significa que nem todas as escolas

frequentadas por filhos de italianos ou fundadas por comunidades italianas foram necessariamente incluídas. Muitas experiências escolares não estão presentes nessa sistematização estatal. Os silêncios presentes nesses anuários são, portanto, historicamente significativos. A ausência de determinadas escolas ou regiões não deve ser interpretada automaticamente como ausência de práticas educativas italianas, mas que não eram subsidiadas pelo governo italiano na época e, portanto, não constavam nos registros. É importante também conhecer o modo como esses anuários eram produzidos, a partir de quais orientações, quem recolhia os dados e enviava ao ministério italiano. Deste modo, a pesquisa se ampara metodologicamente na análise documental na perspectiva de Cellard (2008). Conforme o autor, para analisar documentos de forma completa, é necessário integrar uma série de elementos, avaliando o contexto no qual foram produzidos, os seus autores, o tipo de documento e o modo como foram elaborados. Ao transpor essa premissa teórica para o presente estudo, avaliar os autores e o contexto de produção significa reconhecer que os anuários foram elaborados pelo *Ministero degli Affari Esteri* durante a década de 1920, período marcado pela ascensão do fascismo e pela reorientação da política externa, que passou a investir intensamente no controle ideológico da italianidade. Quanto ao tipo e ao modo de produção documental, os anuários configuram-se como censos oficiais e estatísticos construídos a partir de estritos critérios diplomáticos e de concessão de subsídios. Para uma análise dessas fontes, é fundamental problematizar a própria categoria de documentos oficiais. À luz das contribuições da Escola dos Annales, sobretudo no que se refere à ampliação da noção de fonte histórica compreende-se que os anuários não são meros repositórios de dados passivos, mas sim ‘monumentos’ (Le Goff, 1990) construídos intencionalmente pelo Estado italiano. Conforme o autor, é necessário ir à direção dos documentos/monumentos. “[...] Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (Le Goff, 1990, p. 495). É necessário ainda considerar a enorme variedade dessas iniciativas escolares étnicas italianas no território brasileiro, conforme apontam os autores:

Em tal direção é necessário considerar a presença de uma larga variedade de agências e atores destinados a promover a escola com base étnica: escolas rurais comunitárias, escolas urbanas e aquelas ligadas às associações de mútuo socorro, professores privados pagos pelas famílias, escolas paroquiais e também confessionais, escolas coloniais distintas com um vínculo muito próximo das autoridades consulares, escolas subsidiadas pelos Estados ou municípios. No conjunto, revelam o papel complexo da atuação consular, das instituições de caráter religioso, das autoridades locais e das famílias na promoção de processos educativos entre imigrantes e descendentes (Barausse; Luchese, 2017, p. 35-36).

Essa constatação reforça a ideia de que os dados apresentados refletem não apenas a presença efetiva de escolas e número de matrícula, mas também os critérios adotados pelo Estado italiano para a concessão dos subsídios para essas instituições². Nessa direção, é importante mencionar que os dados presentes nos anuários se referem aquelas escolas que recebiam subsídios do governo italiano através do *Ministero degli Affari Esteri* ou que eram escolas governativas criadas pelo governo italiano nas colônias italianas, de acordo com a pesquisadora italiana Patrizia Salvetti as escolas italianas no exterior organizavam-se em duas grandes categorias:

² Sobre os critérios para que o recebimento dos subsídios, ver: Castro (2024).

As Escolas italianas no exterior dividiam-se em escolas governativas e escolas privadas subsidiadas pelo governo italiano: as primeiras, menos numerosas, localizadas no Levante e na bacia do Mediterrâneo, eram inteiramente financiadas pelo governo italiano; as segundas eram escolas privadas laicas ou confessionais, nascidas dentro de associações italianas no exterior e recebiam um subsídio do governo italiano desde que se adaptassem aos programas e métodos de ensino da escola italiana, com um controle pelos cônsules e verificação regular através de inspeções ministeriais (Salveti, 2002, p. 536, tradução nossa).

Essa distinção é fundamental para compreender o alcance e os limites dos dados analisados neste estudo. As informações constantes nos anuários refletem, sobretudo, uma rede escolar oficializada, isto é, reconhecida e integrada ao sistema de monitoramento e financiamento do governo italiano. Por isso, iniciativas educacionais desvinculadas do subsídio estatal, ainda que relevantes localmente, tendem a estar ausentes nessas fontes.

A metodologia adotada neste estudo consistiu, inicialmente, na reunião sistemática dos dados disponíveis nos anuários consultados, com foco nos documentos publicados durante o período analisado nesta pesquisa³. Foram extraídas e organizadas as informações referentes aos diversos países da América do Sul, depois nos diversos estados do Brasil e, por fim, a pesquisa determinou o foco dentro do estado de São Paulo, a fim de traçar um panorama da distribuição geográfica dessas instituições. Essa organização permitiu identificar concentrações regionais e oscilações quantitativas e também perceber diferenças na intensidade da atuação italiana em distintos contextos migratórios sul-americanos. Os dados foram organizados em tabelas e visualizações gráficas, o que permitiu comparações temporais e espaciais entre municípios paulistas. Este estudo dialoga com uma vertente metodológica que, embora historicamente menos explorada na historiografia educacional brasileira, tem ganhado reconhecimento: o uso de dados estatísticos como ferramenta heurística na análise (Gil, 2007, 2019; Popkewitz, Lindbland, 2001). Neste artigo, os dados quantitativos não têm como objetivo a produção de uma verdade numérica ou totalizante sobre a rede escolar italiana no Brasil. Ao tratar as estatísticas como artefatos históricos e não apenas como ferramentas auxiliares, procuramos explorar suas camadas políticas, institucionais e simbólicas. Nessa perspectiva, os números são compreendidos como construções históricas produzidas em determinados contextos institucionais, administrativos e políticos. Sua análise exige, portanto, constante articulação com os debates historiográficos sobre imigração, associativismo, identidade nacional e políticas educacionais. Nesse sentido, a análise quantitativa complementa, e não substitui, as abordagens qualitativas. Ela oferece pistas que podem ser exploradas por meio de estudos interpretativos mais aprofundados. A distribuição das escolas italianas no Brasil, por exemplo, abre caminho para investigações sobre a composição das comunidades imigrantes, o papel das redes associativas e religiosas, a política externa italiana ou as articulações com os sistemas escolares nacionais.

2. Escolas italianas subsidiadas na América do Sul

Como ressaltou o historiador italiano Emilio Franzina (1995), a emigração italiana para o Brasil foi um capítulo na história da emigração na Itália. Um substancial contingente de pessoas se deslocou da Itália para o Brasil, mas este foi apenas um dos países que recebeu um

³ É necessário mencionar que os anuários utilizados para esta pesquisa se encontram disponíveis na Biblioteca do *Ministero degli Affari Esteri* em Roma e na *Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze*.

grande fluxo de italianos que buscavam, via de regra, melhores condições de vida. Entretanto, a consolidação dessas comunidades não ocorreu apenas no plano econômico ou demográfico. A presença italiana na América do Sul também foi acompanhada pela criação de instituições responsáveis pela preservação de vínculos culturais, linguísticos e identitários, entre as quais as escolas ocuparam posição estratégica. Mais do que espaços de alfabetização, essas instituições participaram da construção de formas de pertencimento coletivo entre populações imigradas marcadas por diferenças regionais, linguísticas e culturais. A presença italiana na América do Sul consolidou-se ao longo das últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, tornando a região um dos principais destinos da emigração italiana. A Argentina, em particular, destacou-se por ter recebido o maior contingente de italianos na região, muitos dos quais se estabeleceram em Buenos Aires e nas áreas rurais da província (Devoto, 2007). O Brasil, por sua vez, concentrou a maioria dos imigrantes italianos nos estados das regiões sul e sudeste (Trento, 1998), mas também países como: Peru, Chile, Paraguai, Bolívia e Colômbia acolheram núcleos imigratórios italianos, frequentemente articulados por redes familiares e associativas. Nesse sentido, usam-se os estudos de Truzzi (2008) sobre redes em processos imigratórios. De acordo com o autor, na análise da imigração a partir de redes, é interessante observar que:

O ponto fundamental é buscar, a partir de cada indivíduo, a identificação de sua rede de relações. Assim, o conceito de redes concebe a sociedade como um conjunto de relações, e introduz uma dimensão da estrutura social entendida como estrutura de relações, o que é bastante diferente de imaginá-la como estruturada segundo categorias agregativas. A adoção de uma perspectiva de redes interessa a todos os que se ocupam dos fenômenos migratórios, tanto no presente como no passado [...] (Truzzi, 2008, p. 214).

A perspectiva das redes permite compreender que os processos migratórios italianos não se limitaram ao deslocamento de indivíduos, mas envolveram a formação de vínculos associativos, institucionais e culturais capazes de estruturar formas de sociabilidade nas sociedades de destino. Nesse contexto, as escolas italianas constituíram espaços de articulação dessas redes, funcionando simultaneamente como instituições educativas, centros de sociabilidade étnica e instrumentos de mediação cultural. A ideia de redes auxilia a compreender os processos imigratórios dos italianos e a identidade formada nos países que os receberam:

Durante os últimos dez anos os estudiosos da emigração enfatizaram cada vez mais a centralidade das redes sociais no processo migratório. Redes sociais, ou seja, multidimensionais e mais amplas de cada uma das cadeias migratórias, são vistas como uma infraestrutura essencial ao sistema migratório em geral [...] (Rosoli, 1992, 07, tradução nossa).

Como observa Donna Gabaccia (2003), a emigração italiana deu origem a “muitas diásporas”, marcadas por identidades locais, dialetos e vínculos regionais. Essas comunidades, embora distintas entre si, desenvolveram estruturas próprias de sociabilidade e manutenção cultural, entre as quais destacamos neste texto as escolas italianas, instituições essas que se tornaram, ao mesmo tempo, expressão da identidade emigrante e instrumentos de política externa do Estado italiano. Aqui poderíamos pensar nessas escolas como instituições educativas, tal como explica o pesquisador português Justino Magalhães (2004). Nesse contexto, a criação e a manutenção de instituições foram entendidas como parte de uma estratégia mais ampla de projeção da italianidade no exterior. Entende-se italianidade a partir

dos estudos de Truzzi (2016) e Zanini (2006). Zanini (2006) considera que italianidade pode ser compreendida como vínculos de pertencimentos entre os imigrantes italianos e seus descendentes e a pátria italiana, a origem de seus antepassados, caracterizando-se como uma construção mutável que se atualiza, se refaz e adquire contornos diversos em diferentes momentos históricos. Nesse mesmo sentido, escreve Oswaldo Truzzi (2016, p. 17) que “[...] a italianidade não pode ser encarada como uma categoria fixa e já previamente estabelecida, devendo ser vista como uma forma de identificação construída a partir da experiência social heterogênea daqueles denominados como ‘italianos’. Nesse sentido, a escola teve papel fundamental nesse processo: tanto a escola na Itália quanto as escolas italianas no exterior tinham essa missão de unificar a nação e os livros cumpriram, dentro das instituições escolares, um papel fundamental. Os dados quantitativos apresentados nos anuários permitem observar, ainda que parcialmente, a materialização institucional desse processo de construção identitária, evidenciando a amplitude territorial alcançada pelas escolas italianas na América do Sul. Oswaldo Truzzi (2016) escreve que, se na terra de origem, na Itália, havia pouca consciência de pertencimento à nação italiana recém-unificada, quando passaram à condição de imigrante, tiveram contato com pessoas de outras nacionalidades e foram reconhecendo-se gradualmente como italianos. Nesse processo de construção identitária fora do território nacional, o papel das instituições italianas no exterior foi fundamental, entre elas a escola. Truzzi (2016), ao estudar os italianos no interior paulista, aponta para alguns elementos que foram contribuintes na conformação dessa italianidade: a imprensa, as escolas étnicas, o movimento étnico associativo e a constituição das elites locais (Truzzi, 2016, p. 44-45). A América do Sul, por sua vez, configurou-se como um espaço para essa ação, pela expressiva presença de comunidades italianas em diversos países e pela existência de redes associativas e consulares capazes de viabilizar os subsídios para a estruturação dessas escolas. Com base nessa discussão, esta seção apresenta um panorama quantitativo das escolas italianas subsidiadas em países sul-americanos durante a década de 1920, destacando o número de alunos registrados e a distribuição geográfica dessas instituições ao longo dos anos. Os dados foram organizados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Número de Alunos em Escolas italianas na América do Sul (1921–1930)

País	1921–1922	1924	1925	1927	1930
Argentina	14489	13301	13841	18615	21691
Brasil	12867	18940	19806	12267	13820
Bolívia	375	375	375	935	935
Chile	3371	3564	3331	697	1140
Colômbia	538	531	531	744	1226
Equador	-	1709	1699	1799	2104
Paraguay	-	989	687	157	131
Peru	-	2722	2746	3161	3191
Uruguay	-	1841	1260	3060	3045
Venezuela	-	531	531	401	-

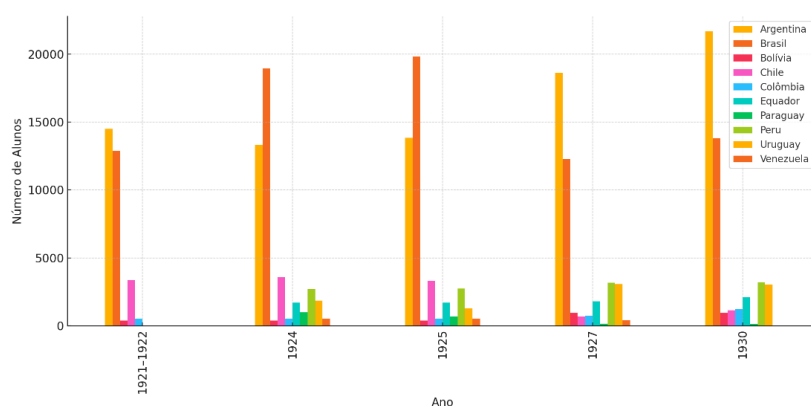
Fonte: Dados presentes nos Anuários das escolas italianas no exterior (Ministero degli Affari Esteri, 1921–1930).

Os dados sistematizados na tabela acima indicam a presença das escolas italianas na América do Sul ao longo da década de 1920, embora as fontes indiquem oscilações importantes no número de alunos registrados, o conjunto de informações permite delinear algumas tendências de longo prazo e contrastes regionais significativos. Essas diferenças quantitativas não podem ser explicadas apenas pela dimensão demográfica das comunidades italianas em cada país, mas também pelas distintas capacidades de organização associativa, pelas relações estabelecidas entre as elites emigradas e o Estado italiano e pelas estratégias consulares de

financiamento e reconhecimento institucional. Essa assimetria e expressividade numérica, em especial nos casos da Argentina e do Brasil, ganham maior densidade interpretativa quando lidas à luz do conceito de redes em processos migratórios discutido por Oswaldo Truzzi (2008). Os mais de 21 mil alunos na Argentina em 1930 e os quase 20 mil no Brasil em 1925 representam a materialização institucional de redes sociais transnacionais altamente articuladas que vai além volume demográfico da comunidade italiana.

Como sugere Emilio Franzina (2014), a emigração para essas regiões sul-americanas foi um capítulo central da própria história da Itália. A escola subsidiada funcionava como um 'nó' central dessas redes, através do qual o Estado italiano se apoiava nas elites locais emigradas e nas associações de mútuo socorro para consolidar sua influência diplomática. Assim, os altos índices de matrículas revelam o sucesso da política externa italiana em sobrepor o seu projeto oficial de italianidade às redes de solidariedade já tecidas organicamente pelas comunidades de imigrantes.

Gráfico 1 - Evolução do número de alunos nos países sul-americanos entre os anos de 1921 e 1930.



Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados presentes nos Anuários das escolas italianas no exterior (*Ministero degli Affari Esteri*, 1921–1930).

A partir deste gráfico, é possível observar a dinâmica numérica de cada um dos países encontrados nos anuários. Vale dizer que, dos 12 países sul-americanos, os anuários trazem dados de 10: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A Argentina, especialmente, apresenta crescimento contínuo, atingindo mais de 21 mil estudantes em 1930. Essa posição está diretamente associada à expressiva presença da comunidade italiana no país. A manutenção de um número alto e relativamente estável de alunos sugere instituições consolidadas e bem integradas à vida das colônias italianas argentinas. Além da dimensão numérica, o caso argentino mostra que a escola desempenhava função central na preservação da língua e na formação de vínculos culturais entre as gerações nascidas fora da Itália. O Brasil, embora com variações mais acentuadas, também apresenta números muito expressivos e se configura como um dos principais polos da rede educativa italiana no continente. Esses dados sugerem que a atuação do Estado italiano no Brasil não ocorreu de maneira homogênea ou espontânea, mas esteve associada à concentração das comunidades imigradas, à força das redes associativas locais, a organização da própria comunidade e ao interesse do governo italiano em manter mecanismos de influência cultural junto às populações de origem italiana. O Brasil tem um pico de matrículas em 1925 (19.806 alunos) e um recuo visível em 1927 (12.267 alunos), seguido por leve aumento em 1930 (13.820). Essa oscilação pode estar ligada a mudanças na forma de registro nos anuários, à reconfiguração das escolas reconhecidas oficialmente, ou ainda a contextos econômicos e políticos que impactaram a gestão das instituições. Nesse sentido, as oscilações quantitativas presentes nos anuários também podem ser interpretadas como reflexo das próprias formas de

construção documental da presença italiana no exterior, já que a inclusão, exclusão ou reorganização das instituições dependia de critérios administrativos e políticos definidos pelo Estado italiano. Decerto que compreender os períodos de maior ou de menor matrícula ao lado das conjunturas locais, como, por exemplo, a abertura de escolas públicas é importante para compreender a maior ou menor frequência nas escolas italianas, o que foge ao escopo deste artigo, mas pretendemos realizar em investigações futuras.

Demais países, como Chile, Peru, Uruguai e Equador, apresentam números consistentes ao longo dos anos, ainda que em escala menor. O Peru, por exemplo, mostra crescimento contínuo entre 1924 e 1930, saltando de 2.722 para 3.191 alunos, um indício de expansão da rede educativa italiana em contextos andinos, menos evidentes na historiografia até então. Já o Equador, ausente nos registros de 1921–1922, aparece em 1924 com mais de 1.700 alunos e segue crescendo até 1930, o que pode indicar o tardio recebimento dos subsídios e, portanto, passa a constar nos anuários mais tarde. Em países com comunidades italianas menores, como Paraguai, Bolívia e Venezuela, os números de escolas são igualmente menores, mas ainda assim indicam ações escolares em curso, com registros que ultrapassam uma centena de alunos. Esses dados demonstram o alcance da política educativa italiana mesmo em países com presença menos expressiva de italianos. O número de alunos matriculados funciona, nesse sentido, como um indicador da densidade da rede escolar italiana fora da Europa. Deste modo, os dados aqui apresentados permitem dimensionar a amplitude da presença escolar italiana na América do Sul ao longo da década de 1920, evidenciando tanto sua concentração em países como Argentina e Brasil quanto sua disseminação por diferentes contextos nacionais. Mais do que indicar apenas a existência de escolas italianas, os dados analisados sugerem a constituição de uma rede transnacional de instituições educativas articulada à política cultural e diplomática italiana nas primeiras décadas do século XX.

3. Panorama brasileiro

A presença italiana no Brasil, intensificada nas últimas décadas do século XIX, deu origem a comunidades imigrantes densamente organizadas em vários estados, que buscaram manter vínculos com sua cultura de origem. Essas instituições não desempenhavam apenas funções pedagógicas ou linguísticas, mas atuavam como espaços de sociabilidade, mediação cultural e produção de pertencimentos coletivos entre os grupos emigrados. Nesse sentido, a escola italiana no Brasil pode ser compreendida como parte de uma rede mais ampla de instituições voltadas à manutenção da italianidade e à articulação entre comunidades emigradas e o Estado italiano. Nesse contexto, as escolas italianas assumiram um papel estratégico tanto para a preservação da identidade cultural quanto para a projeção internacional do Estado italiano, que passou a investir sistematicamente na criação, regulamentação e financiamento de instituições escolares para italianos no exterior (Salveti, 2002, Floriani, 1984, Barausse, 2016; Castro, 2025, Luchese, 2017, 2019; Panizzolo, 2019; D'Alessio 2022). Com base nos anuários analisados, é possível traçar um panorama da presença das escolas italianas em diferentes regiões do Brasil, revelando padrões de distribuição e concentração geográfica que acompanham, em grande medida, os fluxos migratórios e a organização das colônias italianas no território nacional. Os estudos de Ascenzi et al. (2019), baseados nesses mesmos anuários, demonstram que a distribuição das escolas italianas no Brasil acompanhava, em grande medida, os principais núcleos de fixação da imigração italiana. Os dados, levantados pelos autores a partir dos mesmos anuários, evidenciam a centralidade de estados como São Paulo e Rio Grande do Sul na estruturação dessa rede educativa (Ascenzi *et al*, 2019). Para o presente estudo, nos concentraremos em aprofundar esses dados e analisar outras categorias como o número de escolas, a divisão entre alunos do sexo feminino e masculino, assim como aprofundar o foco nos anos de 1920.

A tabela a seguir apresenta a distribuição do número de alunos matriculados em escolas italianas em diferentes estados brasileiros entre os anos de 1921 e 1930, discriminados por sexo. Os dados permitem observar variações regionais e temporais significativas, bem como a participação relativa de meninas e meninos no universo escolar italiano fora da Itália.

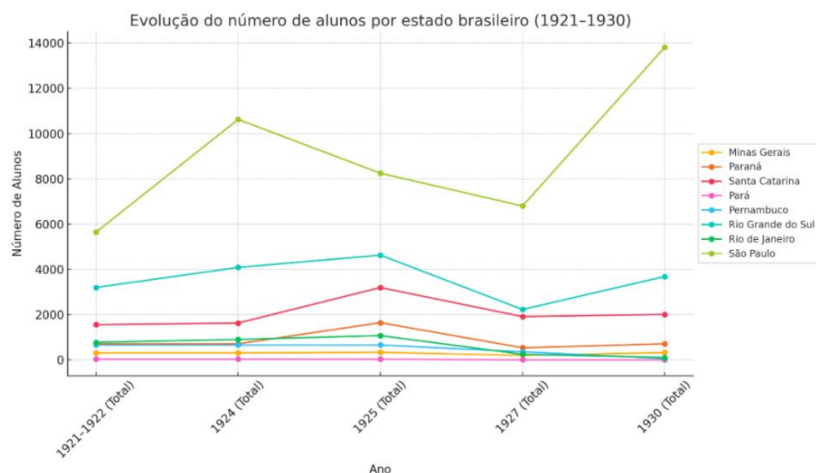
Tabela 2 - Número de alunos matriculados em escolas italianas por estado brasileiro e por sexo (1921–1930).

Estado	1921– 1922	1921– 1922	1924	1924	1925	1925	1927	1927	1930	1930
	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.
Minas Gerais	206	101	206	101	288	45	189	09	226	95
Paraná	293	411	293	415	681	963	254	279	275	433
Santa Catarina	990	565	1052	575	1888	1307	1269	642	1313	697
Pará	15	15	15	15	15	15	-	-	-	-
Pernambuco	656	-	656	-	656	-	355	-	31	30
Rio Grande do Sul	1581	1618	2448	1637	2471	2157	797	1429	2179	1507
Rio de Janeiro	525	249	652	249	793	279	245	-	62	39
São Paulo	3887	1755	5667	4959	5727	2521	4448	2351	8474	5346

Fonte: Anuários das escolas italianas no exterior (Ministero degli Affari Esteri, 1921–1930).

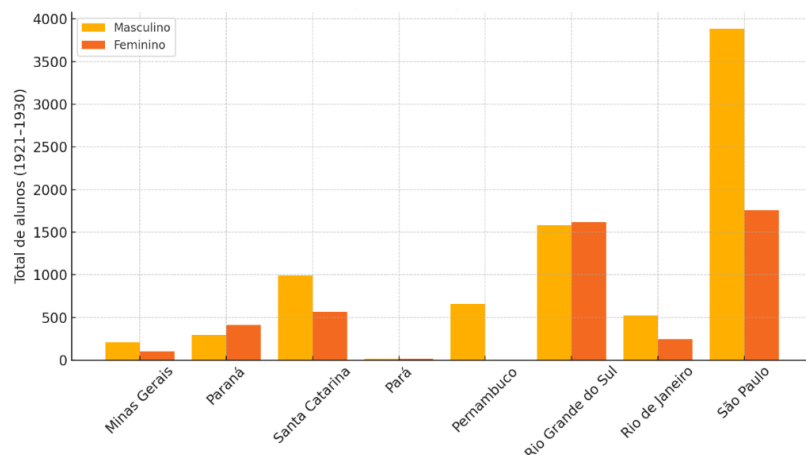
Na tabela acima observa-se com nitidez uma concentração significativa nos estados da região Sul (especialmente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e no estado de São Paulo, que, isoladamente, apresenta o maior número de instituições e de matrículas registradas. Essa distribuição acompanha, em linhas gerais, os principais fluxos migratórios italianos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, refletindo a densidade populacional das colônias italianas formadas nesses territórios. Os dados sugerem que a consolidação das escolas italianas dependia não apenas da presença numérica de imigrantes, mas também da capacidade das comunidades locais em mobilizar recursos, associações, congregações religiosas e vínculos consulares capazes de sustentar essas instituições ao longo do tempo. Além disso, a existência de comunidades economicamente mais estruturadas pode ter favorecido a manutenção contínua de escolas com apoio externo por parte do governo italiano. Ainda que essas escolas recebessem subsídios, materiais e livros didáticos enviados pelo governo italiano, sua manutenção dependia de estruturas locais relativamente consolidadas, incluindo espaços físicos, corpo docente, apoio associativo e recursos complementares frequentemente mobilizados pelas próprias comunidades emigradas (Castro, 2024).

O panorama nacional apresentado, portanto, não pretende esgotar a presença escolar italiana no Brasil, mas servir como base para a compreensão de como e onde essa presença foi registrada e legitimada institucionalmente. Ele oferece subsídios para investigações futuras que articulem esses dados a outros tipos de fontes, como, por exemplo, atas associativas, correspondência consular, relatos de ex-alunos e arquivos paroquiais, capazes de aprofundar a complexidade das práticas educativas desenvolvidas pelas comunidades italianas em diferentes partes do Brasil. Organizados por estado, os números indicam tendências de concentração regional, permanência institucional e crescimento diferenciado conforme o contexto local. A presença de dados desagregados por sexo oferece uma dimensão adicional à análise: algumas escolas eram majoritariamente masculinas ou femininas, refletindo o perfil das mantenedoras (congregações religiosas, sociedades civis ou instituições técnico-profissionais). Em muitos casos, nota-se um equilíbrio entre os sexos, sugerindo a existência de escolas mistas, especialmente em cidades com número limitado de instituições. O gráfico a seguir apresenta a evolução do número total de alunos matriculados por estado, considerando os anos de 1921–1922, 1924, 1925, 1927 e 1930. As linhas representam os totais somados de alunos do sexo masculino e feminino para cada estado:

Gráfico 2 – Evolução do número de alunos por estado brasileiro (1921-1930).

Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados presentes nos Anuários das escolas italianas no exterior (Ministero degli Affari Esteri, 1921–1930).

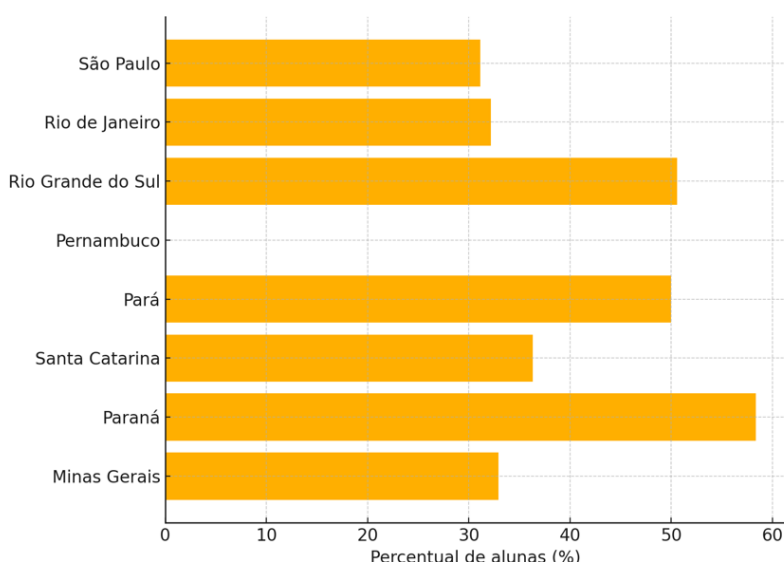
O gráfico evidencia a predominância do estado de São Paulo em termos absolutos de matrículas em escolas italianas ao longo de toda a década de 1920, com um crescimento expressivo, especialmente entre 1927 e 1930, quando atinge seu pico com mais de 13 mil alunos registrados. O Rio Grande do Sul mantém-se como o segundo estado com maior número de alunos, com relativa estabilidade entre 1921 e 1930, apesar de uma leve queda em 1927. O estado de Santa Catarina também apresenta números consistentes, com um crescimento importante até 1925 e ligeira retração nos anos seguintes. Os demais estados, como Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, apresentam números mais modestos, porém com variações pontuais relevantes, especialmente entre 1924 e 1925. O caso de Pernambuco chama atenção por um declínio acentuado no final da série. A leitura do gráfico permite observar não apenas a concentração da rede escolar italiana em regiões com maior densidade migratória, como também os efeitos de reorganizações políticas, administrativas ou consulares que impactaram o reconhecimento e funcionamento dessas instituições ao longo do tempo.

Gráfico 3 - Total do número de alunos por estado e por sexo.

Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados presentes nos Anuários das escolas italianas no exterior (Ministero degli Affari Esteri, 1921–1930).

A curva de evolução das matrículas revela que, embora os meninos tenham sido, em números absolutos, maioria nas escolas italianas ao longo de toda a década de 1920, as meninas também tiveram presença significativa e relativamente constante. O pico de matrículas masculinas ocorre em 1925, com queda expressiva em 1927, acompanhando uma tendência semelhante entre as alunas do sexo feminino. A simetria das curvas sugere que, ainda que houvesse uma leve predominância masculina, o acesso das meninas às escolas italianas foi, no Brasil, mais equilibrado do que se poderia supor inicialmente, especialmente em comparação a outros contextos migratórios da mesma época. Esse dado relativiza interpretações que associam a escolarização étnica italiana a uma formação predominantemente masculina, indicando que, em determinados contextos regionais brasileiros, as meninas também foram incorporadas de maneira significativa aos projetos educativos das comunidades italianas. No gráfico chama a atenção, o estado do Rio Grande do Sul, com uma presença quase igual de meninos e meninas, com uma presença maior de meninas, quando olhamos os dados de cada uma das escolas nos anuários, notamos a forte presença de congregações religiosas com instituições escolas voltadas para as meninas como o Instituto das filhas de Maria Auxiliadora (*Istituto delle Figlie di Maria Ausiliatrice*)⁴ da congregação Salesiana (De Matos, 2013), diversos colégios scalabinianos de freiras, assim como outros colégios de freiras que tinha como foco o ensino para um público feminino, o que por decerto influenciou o número constante de alunas nas escolas étnicas italianas. Para estruturar essa rede de ensino e assistência nas Américas, a articulação institucional de congregações religiosas oriundas da península foi fundamental. A fundação de congregações específicas para os emigrantes já no final do século XIX tinha como escopo explícito não apenas a manutenção da fé, mas também a necessidade de evitar a perda do sentimento de nacionalidade e promover o bem-estar civil dos italianos nas Américas (SANI, 2021). A forte atuação dessas congregações religiosas indica que a escolarização feminina ocupava lugar relevante nos projetos educativos das comunidades italianas. Além da formação escolar propriamente dita, essas instituições desempenhavam funções morais, religiosas e culturais, contribuindo para a manutenção de valores considerados fundamentais para a preservação da identidade étnica e católica entre os descendentes de imigrantes.

Gráfico 4 - Proporção de meninas entre os alunos por estado (1921–1930)



Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados presentes nos Anuários das escolas italianas no exterior (Ministero degli Affari Esteri, 1921–1930).

⁴ Diversos estudos indicam a presença dessa congregação para o ensino de meninas em diversos estados brasileiros.

As diferenças regionais observadas sugerem que o acesso feminino à escolarização italiana esteve condicionado não apenas ao tamanho das comunidades emigradas, mas também ao perfil institucional das escolas presentes em cada estado, especialmente à atuação de congregações religiosas femininas. O percentual de meninas em estados como Minas Gerais, Santa Catarina e Pará, representa mais de 50% das matrículas totais, o que pode indicar uma atuação expressiva de escolas femininas, geralmente ligadas a congregações religiosas, ou a ausência de divisões por sexo nas escolas locais. Por outro lado, em estados como Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, a porcentagem de meninas é consideravelmente menor, sugerindo contextos em que o acesso feminino à educação formal era mais restrito, seja por tradição cultural, estrutura institucional ou perfil das escolas reconhecidas oficialmente pelos anuários. A desagregação dos dados por sexo trouxe à tona elementos qualitativos importantes sobre o perfil das escolas. Embora os meninos predominem numericamente na maioria dos estados, os números femininos são significativos e, em certos casos, majoritários, o que está profundamente interligado com a atuação de congregações religiosas nos diversos estados brasileiros e o foco do ensino para as meninas.

Além disso, os gráficos revelam que a presença escolar italiana no Brasil não foi homogênea nem estática. Flutuações temporais, variações por estado e diferenças no perfil das matrículas apontam para uma rede dinâmica, atravessada por decisões políticas, disponibilidade de recursos locais, relações com os consulados italianos e transformações nas próprias comunidades imigrantes. Os dados aqui apresentados, longe de encerrar a questão, abrem caminho para perguntas mais densas sobre o funcionamento cotidiano dessas escolas, seus currículos, suas relações com o Estado brasileiro e os significados atribuídos à escolarização pelos sujeitos que dela participaram.

4. O caso do estado de São Paulo

No Brasil, o estado de São Paulo, na época Província, foi o que mais recebeu italianos (Cenni, 2011); além deles, outros grupos imigratórios também chegaram a São Paulo. A expressiva presença italiana no estado favoreceu a formação de uma ampla rede de instituições étnicas voltadas à assistência, sociabilidade e preservação cultural. O pesquisador Franco Cenni registra as estatísticas da imigração no estado de São Paulo: entre os anos de 1877 e 1914 entraram 1.728.620 imigrantes no estado, dos quais 845.816 eram italianos (Cenni, 2011). O grupo imigratório italiano se dirigiu tanto para a capital paulista quanto para o interior do estado para o trabalho nas lavouras de café (Trento, 1988). Biondi (2010) escreve que no século XX, São Paulo era a metrópole com o maior número de descendentes de italianos, sendo o elemento italiano majoritário em todos os setores do trabalho. Franco Cenni (2011) registra alguns depoimentos de viajantes sobre São Paulo, um deles aborda que a cidade é mais italiana e menos brasileira: “os meus ouvidos e os meus olhos guardam cenas inesquecíveis. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões” (p. 327). Assim, sobre a imigração italiana em São Paulo ocuparam-se diversos pesquisadores (Alvim, 1986; Cenni, 2011; Trento, 1988, 2000, 2013, 2016; Scott, Bassanezi, 2005; Bassanezi *et al*, 2008; Truzzi, 2016, só para citar alguns). Todo esse contingente populacional italiano organizou associações que os atenderam em termos práticos cotidianos, como assistência médica, por exemplo, e instituições étnicas culturais com o intuito de agregação, como as sociedades de auxílio e de Mútuo Socorro, as quais foram analisadas por Luca (1990) e Biondi (2012). Parte dessas associações mantinha escolas subsidiadas pelo governo italiano e funcionavam simultaneamente como espaços de instrução, sociabilidade e difusão cultural. Deste modo, o estado de São Paulo ocupa uma posição central na história da imigração italiana no Brasil e, por consequência, na história das escolas italianas no exterior. Segundo os dados extraídos dos anuários, São Paulo é o estado brasileiro com maior número absoluto de escolas italianas registradas e de alunos que as frequentavam, reunindo instituições tanto na capital quanto em

diversas cidades do interior. Este dado reflete não apenas a magnitude da presença italiana no estado, mas também a organização institucional e associativa dessas comunidades, que frequentemente estruturaram escolas, associações culturais, jornais e outras formas de manutenção identitária. A concentração dessas instituições em São Paulo revela também o interesse estratégico do Estado italiano em atuar junto à maior comunidade italiana da América do Sul, utilizando a escola como mecanismo de manutenção linguística, cultural e simbólica.

A cidade de São Paulo concentra instituições italianas tanto na capital quanto nas cidades do interior, havia uma combinação de escolas mantidas por ordens religiosas, instituições beneficentes e entidades laicas da comunidade italiana. Além da capital, cidades como Campinas, Jundiaí, Sorocaba, São Carlos, Ribeirão Preto, Araraquara e Santos também abrigaram instituições subsidiadas oficialmente pelo governo italiano. A presença dessas escolas no interior está diretamente relacionada à formação de núcleos coloniais e ao desenvolvimento de centros urbanos com significativa participação de imigrantes italianos, especialmente em atividades ligadas à agricultura, ao comércio e à indústria nascente. Para Truzzi (2016), a maioria dos imigrantes italianos em São Paulo se dirigiu para o interior do estado para o trabalho nas lavouras de café.⁵ A análise dos dados também evidencia uma diversidade de perfis institucionais. Algumas escolas eram dirigidas por congregações religiosas, enquanto outras funcionavam com apoio de associações civis (Ministero degli Affari Esteri, 1921-1922; 1924; 1925; 1927; 1930). Em ambos os casos, as instituições operavam com uma dupla finalidade: atender à demanda educacional da população infantil e atuar como instrumentos de difusão cultural e política da italianidade, especialmente durante o período fascista, quando o governo italiano intensificou o controle e a orientação ideológica das escolas no exterior. A coexistência de escolas religiosas, associativas e civis demonstra que a italianidade escolar em São Paulo não foi homogênea, mas construída por diferentes agentes sociais e institucionais que atribuíam sentidos distintos à escolarização das crianças descendentes de italianos.

A concentração de escolas italianas em São Paulo reflete, antes de tudo, a magnitude da presença italiana no estado, que acolheu centenas de milhares de imigrantes desde o final do século XIX. Portanto, o caso paulista deve ser compreendido não apenas como um exemplo quantitativamente relevante, mas como um laboratório privilegiado para o estudo das dinâmicas transnacionais da educação italiana, onde se cruzam política externa, associativismo imigrante, cultura escolar e disputas simbólicas sobre identidade e pertencimento. Deste modo, na próxima seção, aprofundaremos essa análise a partir dos dados extraídos diretamente dos anuários italianos, considerando as escolas paulistas entre 1921 e 1930.

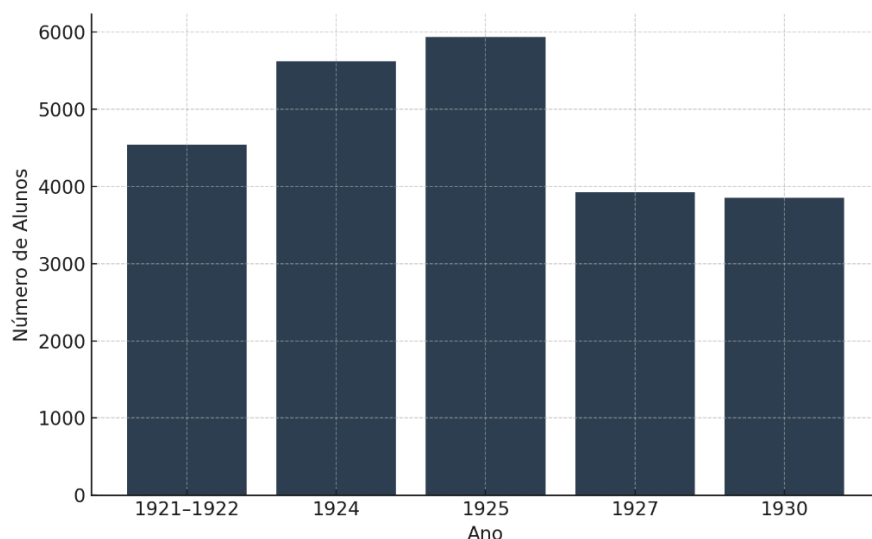
4.1. Análise detalhada do estado de São Paulo

A análise detalhada dos dados extraídos dos anuários italianos referentes ao estado de São Paulo entre 1921/1922, 1924, 1925, 1927 e 1930 permite compreender a dimensão quantitativa da rede escolar italiana e algumas das transformações institucionais e políticas que marcaram sua atuação no território paulista. O caso paulista evidencia a constituição de uma complexa rede transnacional de instituições educativas vinculadas às dinâmicas migratórias, associativas e políticas que marcaram as relações entre Itália e Brasil nas primeiras décadas do século XX.

O gráfico abaixo apresenta a variação do número de alunos matriculados em escolas italianas oficialmente reconhecidas na cidade de São Paulo entre os anos de 1921 e 1930.

⁵⁵ Neste artigo não conseguimos analisar todos os aspectos da imigração italiana no interior do estado de São Paulo, para isso recomenda-se a leitura de Truzzi (2016) sobre a italianidade no interior paulista.

Gráfico 5 - Evolução do número de alunos matriculados nas escolas italianas no Brasil entre os anos de 1921 e 1930.

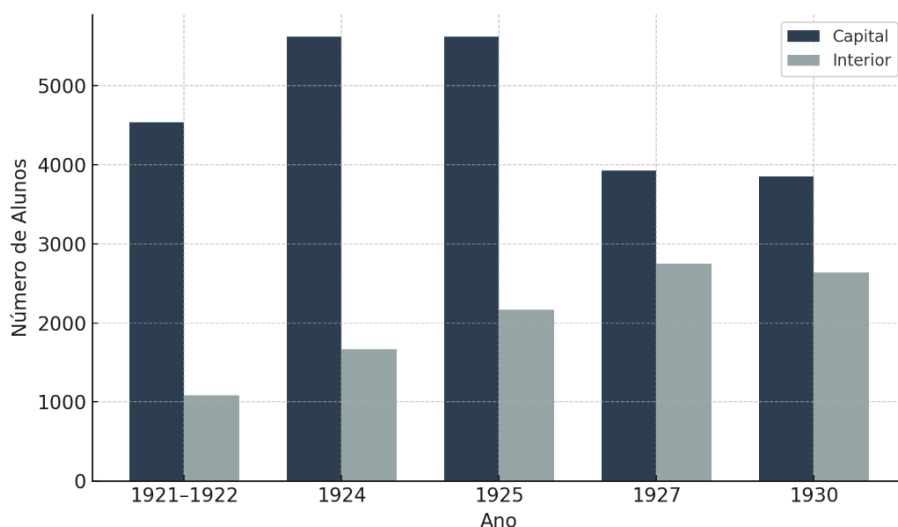


Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados presentes nos Anuários das escolas italianas no exterior (*Ministero degli Affari Esteri*, 1921–1930).

Observa-se um crescimento expressivo entre 1921 e 1925, com o número de matrículas passando de 4.540 para 5.939. A partir de 1927, nota-se uma queda acentuada no número de alunos, tendência que se mantém em 1930. Essa oscilação pode estar relacionada a mudanças nos critérios de reconhecimento das escolas nos anuários, à reorganização das instituições escolares locais ou mesmo a fatores políticos e diplomáticos do período fascista, como o fortalecimento do controle estatal sobre a rede educativa italiana no exterior. A curva descendente no final da década, no entanto, não elimina a centralidade da capital paulista como principal polo da italianidade escolar no Brasil. Outro fator que pode ter influenciado a retração no número de matrículas, especialmente no contexto paulista, diz respeito às políticas de nacionalização do ensino, que impunham limites à atuação de instituições escolares estrangeiras. No estado de São Paulo, por exemplo, a lei de 29 de dezembro de 1896 já determinava que, nas escolas de estrangeiros, seria obrigatório o ensino da língua portuguesa, bem como das disciplinas de geografia e história do Brasil. O anuário de Ensino do ano de 1907 do Estado de São Paulo ressalta que “nestas condições, taes escolas serão verdadeiramente perniciosas em seus effeitos, porque preparam, de brasileiros natos, uma geração futura de italianos [...]” (São Paulo, 1907, p. 43). Ainda no tangente a legislação estadual, a Lei n. 1.579 de 1917 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e o ensino da geografia e história do Brasil. Nesta direção, nota-se que, já desde o final do século XIX, existia entre as autoridades paulistas uma preocupação constante com os processos de nacionalização das populações imigrantes e com os possíveis impactos das escolas étnicas estrangeiras na formação da identidade nacional brasileira. Omuro (2015), ao analisar o fechamento das escolas japonesas em São Paulo, escreve que a legislação federal que culminou com o fechamento das escolas foi precedida pela legislação nacionalista do Governo Paulista. As oscilações observadas ao longo da década demonstram que a expansão das escolas italianas não foi linear, mas atravessada por tensões políticas, administrativas e nacionais que afetavam diretamente os mecanismos de reconhecimento institucional e financiamento dessas instituições.

A seguir, o gráfico apresenta a comparação entre o número de alunos matriculados em escolas italianas na capital e no interior do estado de São Paulo ao longo da década de 1920, evidenciando a centralidade da cidade de São Paulo nesse processo, mas também revelando uma tendência de crescimento significativo da presença escolar no interior paulista.

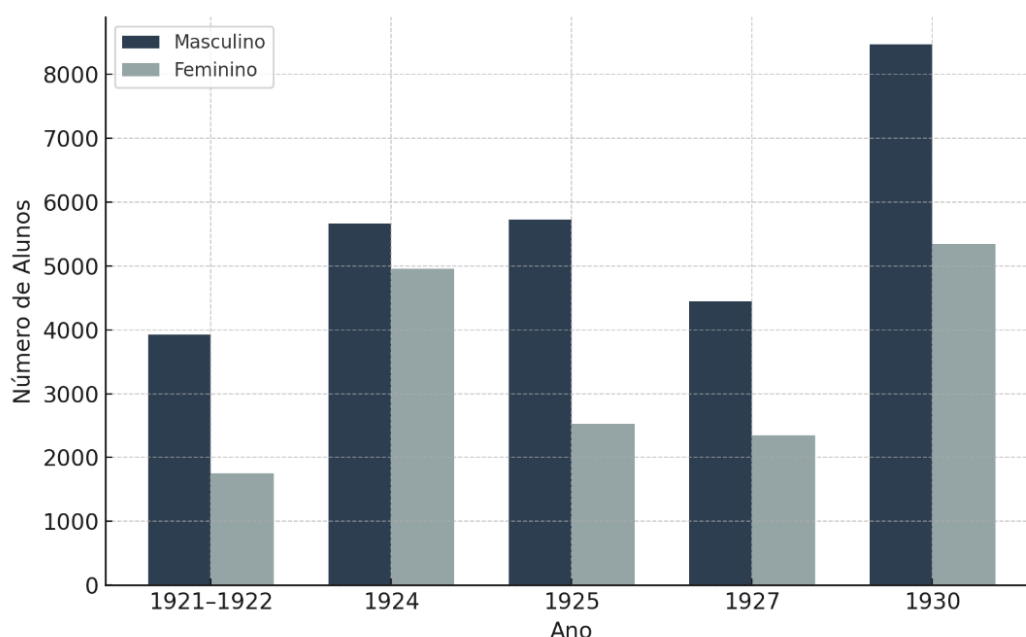
Gráfico 6 - Comparação do número de alunos em escolas italianas entre a capital e o interior do estado de São Paulo (1921–1930).



Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados presentes nos Anuários das escolas italianas no exterior (*Ministero degli Affari Esteri*, 1921–1930).

O gráfico de barras permite observar com clareza a distribuição absoluta do número de alunos matriculados em escolas italianas na cidade de São Paulo (capital) e no conjunto das cidades do interior do estado. Em todos os anos analisados, a capital se manteve como o principal centro da rede escolar italiana, concentrando valores significativamente mais altos de matrículas. Esse protagonismo pode ser atribuído à maior densidade demográfica das colônias italianas na cidade de São Paulo, bem como à presença de instituições associativas, religiosas e consulares que ofereciam apoio direto à manutenção dessas escolas. A capital reunia também condições estruturais mais favoráveis, como prédios escolares, corpo docente estável e inserção em um ambiente urbano com ampla circulação de ideias e recursos. Contudo, o gráfico revela também uma presença consistente e crescente do interior ao longo do período. Em 1921–1922, o número de alunos matriculados no interior era ainda modesto (1.083), mas essa cifra praticamente triplica até 1930, atingindo 2.638 alunos. Esse salto expressivo nas matrículas rurais e interioranas corrobora, através de dados empíricos, os movimentos demográficos apontados pela historiografia especializada. Autores como Angelo Trento (1988) e Oswaldo Truzzi (2016) destacam que o maior contingente de italianos no estado de São Paulo se dirigiu justamente para o interior, atraído inicialmente pelo trabalho nas lavouras de café e, posteriormente, pelo desenvolvimento dos núcleos urbanos nascentes, logo eram necessárias escolas para os filhos desses trabalhadores.

Essa trajetória indica um processo de interiorização da política educativa italiana, articulada à expansão e consolidação das colônias italianas em municípios paulistas como Ribeirão Preto, Jundiaí, São Carlos, entre outros. O fortalecimento das escolas no interior reflete tanto o amadurecimento organizativo dessas comunidades quanto a atuação das representações do Estado italiano na ampliação de sua rede de influência cultural e simbólica para além da capital.

Gráfico 7 – Número de alunos no estado de SP por ano e por sexo

Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados presentes nos Anuários das escolas italianas no exterior (Ministero degli Affari Esteri, 1921–1930).

O gráfico revela as variações na matrícula de alunos do sexo masculino e feminino nas escolas italianas do estado de São Paulo ao longo da década de 1920. Em todos os anos analisados, observa-se uma predominância significativa de alunos do sexo masculino, o que pode refletir uma valorização da escolarização masculina nas famílias de imigrantes italianos, alinhada a expectativas culturais da época sobre trabalho e formação de futuros chefes de família. Ao mesmo tempo, a presença contínua de meninas nas escolas italianas sugere que a escolarização feminina também ocupava lugar importante nos projetos educativos das comunidades emigradas, especialmente em instituições vinculadas a congregações religiosas. A presença feminina é constante em todos os anos e, em certos momentos, como em 1924, aproxima-se dos valores masculinos, o que sugere que o acesso das meninas à escola também era relevante para essas comunidades, sobretudo em contextos urbanos ou com forte presença religiosa. A oscilação nos números totais por sexo ao longo da década pode ser interpretada tanto como efeito das variações no reconhecimento oficial das escolas pelos anuários, quanto das próprias transformações nas dinâmicas familiares, políticas consulares e prioridades educacionais impostas pelo regime fascista italiano. Em todos os anos analisados nos anuários das escolas italianas no exterior, nota-se a presença constante de congregações religiosas entre as instituições que mantinham escolas voltadas à educação de meninas (Ministério degli Affari Esteri 1921-1922, 1924, 1925, 1927, 1930). Essas escolas, geralmente voltadas à formação moral e doméstica, cumpriam também um papel importante na preservação da língua, da cultura e da fé católica entre as jovens descendentes de italianos. A atuação dessas congregações nos mostra como os projetos educativos italianos no exterior estavam articulados à difusão de valores religiosos, morais e culturais considerados fundamentais para a preservação da italianidade entre as novas gerações.

Tabela 3 - Número de escolas italianas no estado de São Paulo (1921–1930)

Ano	1921-1922	1924	1925	1927	1930
Número de escolas	60	87	93	55	56

Fonte: Anuários das escolas italianas no exterior (Ministero degli Affari Esteri, 1921–1930).

A tabela revela uma expansão significativa da rede de escolas italianas no estado de São Paulo entre os anos de 1921 e 1925. O número de instituições passou de 60 para 93 nesse período, indicando um esforço intenso de consolidação e disseminação da presença escolar italiana, possivelmente associado ao fortalecimento da política educativa do regime fascista no exterior e à ampliação das comunidades imigrantes no interior paulista. No entanto, a partir de 1927 observa-se uma queda expressiva, com o número de escolas reduzido quase pela metade em apenas dois anos (de 93 para 55), mantendo-se estável em 1930. Essa retração pode estar relacionada a diversos fatores, como a reorganização da política consular italiana, mudanças nos critérios para o reconhecimento oficial das escolas, ou ainda os efeitos das políticas brasileiras de nacionalização do ensino, que impunham maiores restrições ao funcionamento de instituições estrangeiras. Ainda assim, o número de escolas registrado ao final da década indica que, apesar da retração, a rede escolar italiana em São Paulo permaneceu estruturalmente ativa e relevante na paisagem educacional das comunidades imigrantes, a rede escolar italiana em São Paulo possuía significativa capacidade de adaptação institucional, conseguindo manter-se ativa mesmo diante das crescentes pressões nacionalistas e das transformações políticas que marcaram o período, pelo menos durante um tempo.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo oferecer um mapeamento quantitativo da presença das escolas italianas subsidiadas pelo governo italiano em países da América do Sul, nos diferentes estados brasileiros e, de forma mais aprofundada, no estado de São Paulo entre os anos de 1921 e 1930. Para tanto, foram utilizados como fontes os anuários das escolas italianas no exterior, produzidos pelo governo italiano por meio do *Ministero degli Affari Esteri italiano*.

A partir da sistematização e análise dos dados registrados dos anuários entendidos como instrumentos de produção e organização da presença italiana no exterior, foi possível traçar um panorama da distribuição dessas instituições por estado, evidenciando locais de maiores concentrações, ausências. Deste modo, compreende-se melhor o panorama das escolas italianas, assim como possibilitar o aprofundamento de estudos futuros para analisar o interior dessas instituições que fazem parte da história da educação de cada um dos países que receberam levas de imigrantes italianos. A análise indicou que a presença das escolas italianas estava vinculada à densidade demográfica das colônias italianas, à organização associativa das comunidades imigrantes, à infraestrutura urbana e à atuação consular e diplomática italiana.

O caso do estado de São Paulo, analisado de forma mais aprofundada, demonstrou a capilaridade e a diversidade dos modelos escolares implantados, que envolveram desde instituições religiosas até associações civis, com atuação tanto na capital quanto em cidades do interior. A partir desses dados, é possível formular hipóteses relevantes sobre os modos de atuação da política educacional italiana no exterior, a circulação de modelos pedagógicos e as estratégias de manutenção identitária em contextos de imigração. A centralidade paulista indica como a escola italiana foi mobilizada tanto como um espaço educativo quanto como instrumento de mediação cultural, manutenção linguística e fortalecimento das redes de sociabilidade das comunidades emigradas.

Mais do que encerrar uma investigação, este estudo pretende abrir caminhos para novas pesquisas que articulem os dados quantitativos aqui apresentados com abordagens qualitativas e documentais complementares. Espera-se, portanto, que esta pesquisa possa contribuir futuramente, em pesquisas posteriores, para compreender a estrutura dessas instituições, assim como os personagens que deram vida a essas experiências: professores, alunos e famílias inseridos nesses espaços escolares. Investigações futuras podem aprofundar a análise de casos específicos, estudar os currículos e materiais didáticos utilizados, reconstruir as trajetórias dos docentes e gestores envolvidos, e compreender o lugar ocupado por essas instituições na memória das comunidades italianas no Brasil, assim como nos demais países sul-americanos.

Ao compreender os anuários como fontes historicamente produzidas e vinculadas às estratégias de atuação do Estado italiano junto às comunidades emigradas, este trabalho reforça a importância de abordagens metodológicas que articulem análise quantitativa, leitura crítica das fontes e contextualização histórica. A análise aqui proposta é, portanto, um ponto de partida para a reconstrução mais ampla da presença escolar italiana em terras brasileiras, e sul-americanas, uma presença que foi, ao mesmo tempo, política, cultural, afetiva e educacional.

Do ponto de vista metodológico, este estudo reafirma a importância de se incorporar dados estatísticos e fontes oficiais como elementos centrais da pesquisa histórica em educação, desde que articulados a uma leitura crítica, contextual e interpretativa. O uso dos números, longe de oferecer respostas fechadas, abre novas perguntas, revela zonas de silêncio e permite reconstituir processos sociais com maior precisão e densidade. Nesse sentido, os números aparecem como construções documentais que auxiliam na compreensão dos fenômenos educativos.

Como desdobramento, propõe-se o aprofundamento de estudos de caso sobre escolas específicas, o cruzamento com outras fontes (relatórios consulares, cartas de professores, regulamentos escolares) e a ampliação da série temporal, integrando os dados posteriores à década de 1930. Além disso, comparações com outros países da América do Sul podem contribuir para a construção de uma história transnacional da educação das diásporas italianas, destacando convergências, singularidades e transformações ao longo do século XX.

Ao evidenciar concentrações regionais, oscilações institucionais e diferenças locais na organização das escolas italianas, os dados aqui analisados contribuem para ampliar a compreensão das relações entre imigração, educação e política cultural nas primeiras décadas do século XX.

Referências

ASCENZI, Anna et al. History of education and migrations: crossed (or connected or entangled) histories between local and transnational perspective. A research «agenda». *History of Education & Children's Literature*, vol. XIV, n. 2, p. 227-262, 2019. Disponível em: <http://www.hecl.it/>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela. Nationalisms and schooling: between italianity and brazility, disputes in the education of italian-gaúcho people (RS, Brazil, 1930-1945). *History of Education & Children's Literature*, XII, v. 2, p. 443-475, 2017. Disponível em: <https://www.torrossa.com/resources/an/4242484>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BARAUSSE, Alberto. The construction of national identity in textbooks for italian schools abroad; the case of Brazil between the two World Wars. *History of Education & Children's Literature*, v.X, p. 425 - 461, 2015. Disponível em: <http://www.hecl.it/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo, et al. *Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950*. São Paulo: UNESP, 2008.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo; SCOTT, Ana Silva Volpi. Criança e jovem *oriundi* na terra do café, no final do século XIX e início do século XX. In: RADIN, J. C. (org). *Cultura e identidade italiana no Brasil*: algumas abordagens. Joaçaba: UNOESC, p. 141-162. 2005.

BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luzia Tucci.; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio. (Orgs.) *História do trabalho e História da imigração*: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX). São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010. p. 23-48.

BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. *Tempo*, v. 16, p. 75- 104, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042012000200004>.

CASTRO, Renata de. “*Una Società senza scuola è come un corpo senz’anima*”: As escolas italianas em Pelotas/RS durante os anos de 1872 a 1938, constituição e trajetória. Caxias do Sul: Educus, 2024.

CASTRO, Renata de. Italian textbooks in Brazil: school material culture, transnational circulation and fascist ideology in Italian Schools Abroad. *History of Education & Children's Literature*, Macerata, v. XXI, n. 1, 2025.

CASTRO, Renata de. Livros escolares italianos no Brasil: panorama e perspectivas de pesquisa. *History of Education in Latin America*, v.8, n.1, 2025. DOI: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/38836>.

CASTRO, Renata de. Pesquisa histórico-educativa e a imigração italiana: Uma revisão dos estudos. *Revista História da Educação*, 27, 1-29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/128544>.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (org.). Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: “Andiamo in ’Merica”*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

COMMISSARIATO GENERALE DELL’EMIGRAZIONE. *Annuario statistico della emigrazione italiana dal 1876 al 1925*. Roma: L’universale, tipografia Poliglota, 1926.

D’ALESSIO, Michela. Manuals and textbooks for Italian migrants’ teachers in the early Twentieth Century. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 1, 2022.

DE MATTOS, Marisete. Educação feminina: trajetória das irmãs salesianas em São Luiz Gonzaga. *Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 4, n. 2, p. 67-74, 2013.

DEVOTO, Fernando. *Storia degli italiani in Argentina*. Roma: Donzelli Editore, 2007.

FLORIANI, Giorgio. *Scuole italiane all’estero: cento anni di storia*. Roma: Armando Editore, 1974.

FRANZINA, Emilio. *La terra ritrovata*. Storiografia e memoria della prima immigrazione in Brasile. Genova: Stefano Termanini Editore, 2014.

GABACCIA, Donna. *Emigranti: Le diaspore degli italiani dal Medioevo a oggi*. Torino: Einaudi, 2003.

GIL, Natália de Lacerda. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007. 406 f. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Natália De Lacerda. Estatísticas e educação: considerações sobre a necessidade de um olhar atento. *Pensar a educação em revista*, Belo Horizonte, 2019. Vol. 5, n. 2 (jun./ago. 2019), 29 p., 2019.

LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCA, Tânia Regina. As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo. In: DE BONI, Luís Alberto (org). *Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 383-400.

LUCHESI, Terciane. 'E não nos deixeis cair em tentação': livros de leitura religiosa do governo fascista para as escolas italianas no Brasil (anos 20 e 30 do século XX). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 368-385, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v18n2-2019-6>.

LUCHESI, Terciane. Da Itália ao Brasil: indícios da produção, circulação e consumo de livros de leitura (1875-1945). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 53-75, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/68894>.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: História das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. *Annuario delle scuole italiane all'estero: governative e sussidiate*. Roma: Società Tipografica A. Manuzio, 1923.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. *Annuario delle scuole italiane all'estero 1924*. Roma: Libreria dello Stato, 1925.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. *Annuario delle scuole italiane all'estero 1925*. Roma: Tipografia di Gabinetto del Ministero degli affari esteri, 1926.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. *Annuario delle scuole italiane all'estero 1927*. Roma: Provveditorato Generale dello Stato Libreria, 1928.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. *Annuario delle scuole italiane all'estero 1930*. Roma: Tipografia di Gabinetto del Ministero degli affari esteri, 1930.

OMURO, Selma de Araujo Torres. A nacionalização do ensino no estado de São Paulo: estratégias no processo de implantação da escola nacional na primeira república e no estado novo. *Tempos Gerais, Revista de Ciências Sociais e História*, v.4 n.1, p.88-105, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/temposgerais/issue/view/116>. Acesso em: 05 maio 2023.

PANIZZOLO, Claudia. Livros de leitura e a construção da identidade nacional de crianças italianas e descendentes (São Paulo no início do século XX). *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 41, n. 01, p. 01-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v41i1.45486>.

SOLDANI, Simonetta; TURI, Gabriele (Eds.). *Fare gli italiani: Scuola e cultura nell'Italia contemporanea*. Bologna: Il Mulino, 1993, p. 203-221.

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. *Educação & Sociedade*, v. 22, p. 111-148, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200008>.

ROSOLI, Gianfausto. Un quadro globale della diaspora italiana nelle Americhe, *Rivista AltreItalie*, n.8, p.2-15, 1992. Disponível em: https://www.altreitalie.it/publicazioni/rivista/numeri_arretrati/n_8/altreitalie_8_luglio__dicembre_1992.kl. Acesso em 15 out. 2019.

SALVETTI, Patrizia. Le scuole italiane all'estero. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina, FRANZINA, Emilio (orgs.). *Storia dell'emigrazione italiana: arrivi*. Roma: Donzelli, 2002, p. 535-549.

SANI, Roberto. *La Santa Sede e l'emigrazione italiana all'estero tra otto e novecento: tra esigenze pastorali e impegno per la preservazione dell'identità nazionale*. Roma: Edizioni Studium, 2021.

SÃO PAULO. (1907). *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo, SP: Typ Siqueira.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

TRENTO, Angelo. *Fascismo italiano*. São Paulo: Editora Ática. Coleção Princípios, 1982.

TRENTO, Angelo. *Imprensa italiana no Brasil: séculos XIX e XX*. São Carlos: Edufscar, 2013.

TRENTO, Angelo. *Os italianos no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos. 2000.

TRENTO, Angelo. Prefácio. In: TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880- 1950)*. São Paulo: UNESP, 2016, p. 9- 14,

TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880- 1950)*. São Paulo: UNESP, 137p. 2016.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, 199 – 218, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100010>.

ZANINI, Maria Catalina. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.